



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2025

Um foco importante recai sobre os biorresíduos, que representam uma parte significativa dos resíduos urbanos. A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão tem vindo a implementar sistemas de recolha seletiva (porta-a-porta e de proximidade), a incentivar a compostagem doméstica e comunitária e a reforçar a capacidade de tratamento, incluindo a produção de fertilizantes naturais, contribuindo para a circularidade do Planalto Beirão.

No domínio da descarbonização, têm sido adotadas medidas como a valorização energética do biogás e planos para eletrificação da frota (recolha seletiva de biorresíduos), reduzindo as emissões e aumentando a eficiência do sistema.

Paralelamente, foi realizado um esforço relevante de investimento na modernização de infraestruturas e aumento da capacidade de tratamento. Nos próximos anos, prevê-se a expansão da recolha seletiva e uma reorganização estrutural em 2028, que concentrará na Associação de Municípios todas as operações de recolha, permitindo ganhos de eficiência, melhor coordenação e otimização de recursos. A introdução de sistemas como o depósito e reembolso de embalagens surge também como oportunidade para melhorar o desempenho das metas no território.

Apesar dos progressos, a sustentabilidade económico-financeira continua a ser um desafio central. O SGRU depende ainda fortemente de financiamento público, enquanto os custos operacionais aumentam. Nesse sentido, a AMRPB defende a adoção de um modelo de tarifação mais justo, transparente e baseado no princípio do poluidor-pagador, incentivando a redução e separação de resíduos. Esta transição deverá ser gradual e socialmente equilibrada, protegendo os utilizadores mais vulneráveis, bem como, progressiva, em prol da garantia da recuperação de gastos da Ecobeirão, EIM, SA., enquanto entidade gestora em alta.

Em síntese, o relatório evidencia um percurso positivo, com melhorias na recolha seletiva e valorização de resíduos, fruto do trabalho conjunto entre municípios associados, fornecedores, técnicos, parceiros e Utilizadores. No entanto, reforça que o momento atual é de transição, exigindo continuidade, inovação e cooperação para consolidar um sistema mais eficiente, resiliente e alinhado com os princípios da economia circular.



Handwritten signature and initials in the top right corner.

Os resíduos urbanos indiferenciados (RI) recolhidos na área de abrangência da AMRPB, após entrada no CTRSU, são normalmente encaminhados para o Tratamento Mecânico (TM) onde se procede à separação mecânica das embalagens recicláveis e da fração biodegradável para que estes materiais possam ser conduzidos para as operações de valorização adequadas à sua tipologia, central de triagem e central de valorização orgânica, respetivamente.

A fração resto (FR) produzida na operação da unidade de TMB, composta por refugos e rejeitados, fundamentalmente originários na operação da linha de tratamento material, é tendencialmente encaminhada para a nova linha de combustível derivado de resíduo (CDR). O refugo (fração resto) proveniente da linha de CDR e da compostagem é eliminado na unidade de confinamento técnico – Aterro sanitário.



Fig. 2 – Esquema do Centro de Tratamento de Resíduos gerido pela Ecobeirão, EIM, S.A.

Os resíduos provenientes da recolha seletiva em ecopontos, ecocentros e recolha seletiva porta a porta do comércio e serviços após entrada no CTRSU são encaminhados, tendo em conta a sua tipologia, para a central de triagem de papel e cartão ou para a central de triagem de plástico, metal e ECAL, onde são sujeitos a várias operações de triagem. Posteriormente, os resíduos são prensados e retomados por operadores de gestão de resíduos licenciados para o efeito.

A recolha seletiva de outros fluxos de resíduos (biorresíduos verdes, têxteis, óleos alimentares usados, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE's), madeira e resíduos de pilhas e acumuladores (RPA) não são submetidos a quaisquer operações de tratamento prévio no CTRSU, sendo encaminhados para operadores de gestão de resíduos devidamente licenciados para o efeito.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

3.1 Tratamento mecânico de resíduos urbanos

A Unidade de Tratamento Mecânico (UTM) da AMRPB foi concebida como uma infraestrutura central na gestão de resíduos urbanos do Planalto Beirão, com capacidade instalada para tratar até 130.000 toneladas por ano, provenientes dos 19 municípios da região. Esta unidade assenta num conjunto integrado de operações mecânicas que permitem separar os resíduos indiferenciados em diferentes fluxos, com o objetivo principal de isolar a matéria orgânica dos restantes materiais. Essa fração orgânica, após separação, é encaminhada para tratamento biológico, garantindo melhores condições para a sua valorização.

Paralelamente, os materiais não orgânicos recuperados — como plásticos, metais ferrosos e não ferrosos, e papel/cartão — são direcionados para processos de valorização, contribuindo para a reciclagem e reintegração destes materiais na economia. Existe ainda uma fração residual, designada por rejeitado, que corresponde aos materiais que não podem ser valorizados e que, por isso, são encaminhados para eliminação em aterro.

A instalação encontra-se organizada em várias zonas funcionais. A zona de receção de resíduos, ou cais de descarga, é o ponto inicial do processo, onde os resíduos são descarregados diretamente no solo. Estes são depois movimentados e acumulados com recurso a uma pá carregadora, que também assegura a sua alimentação na tremonha de entrada do sistema.

Segue-se a linha de seleção, o núcleo principal da unidade, onde ocorre a separação dos resíduos em diferentes fluxos. Esta linha integra diversos equipamentos especializados, incluindo alimentadores, crivos rotativos, abre-sacos, separadores balísticos, magnéticos e óticos, bem como tecnologia de separação por raio X. Complementam este sistema peneiras vibratórias, cabines de triagem manual, trituradores e uma rede de tapetes transportadores, permitindo uma triagem eficiente e detalhada dos materiais.



Fig. 4 – Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico de Resíduos Urbanos

A fração rejeitada é encaminhada para a zona de transferência de rejeitado, equipada com tapetes transportadores e cais de descarga, sendo posteriormente transportada por camiões de grande capacidade para deposição em aterro. Por sua vez, a matéria orgânica separada segue para a Central de Valorização Orgânica, através de um sistema que inclui tapetes reversíveis e pesagem

1057
N

O processo de compostagem baseia-se no método de pilhas, que são regularmente revolvidas com equipamento específico para garantir a oxigenação. A manutenção de condições adequadas de humidade, temperatura e oxigénio é essencial para o bom funcionamento do processo, sendo monitorizados parâmetros como a relação carbono/azoto, pH e variações térmicas. Durante a fase de maturação, obtém-se a estabilização e higienização do material, eliminando odores e garantindo a qualidade do composto.

Após esta fase, o material é encaminhado para uma linha de afinação, que permite remover impurezas e uniformizar a granulometria, assegurando um produto final de elevada qualidade. Esta linha tem capacidade para tratar cerca de 10 toneladas por hora de composto bruto, proveniente quer de processos combinados de digestão e compostagem, quer de compostagem direta.



Fig. 5 – Central de compostagem e afinação de composto orgânico

Em síntese, tanto a CVO como o Parque de Compostagem desempenham um papel fundamental na estratégia de valorização de resíduos da AMRPB, contribuindo para a redução do envio para aterro, produção de energia renovável e obtenção de fertilizantes naturais, embora enfrentem desafios técnicos que exigem investimento e modernização.

TOP
N

3.4 Gestão de resíduos valorizáveis em Ecocentros

A gestão de resíduos urbanos em ecocentros do Planalto Beirão constitui uma componente essencial do sistema integrado de gestão de resíduos da região, funcionando como complemento à recolha seletiva convencional e como resposta a fluxos específicos que não podem ser depositados nos contentores habituais. Os ecocentros são infraestruturas preparadas para a receção voluntária de diversos tipos de resíduos, sobretudo aqueles de maior dimensão, perigosidade ou especificidade, como resíduos volumosos (monos), resíduos verdes, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), madeiras, metais, óleos usados, entre outros. Estes espaços permitem aos cidadãos, empresas e serviços municipais encaminhar corretamente resíduos que, de outra forma, poderiam ter como destino indevido o meio ambiente ou o aterro.

No contexto do Planalto Beirão, a gestão dos ecocentros assenta numa lógica de proximidade e acessibilidade, procurando garantir cobertura territorial adequada apesar dos desafios associados à baixa densidade populacional e à dispersão geográfica. Esta rede contribui para aumentar as taxas de recolha seletiva e para melhorar a qualidade dos materiais recolhidos, uma vez que promove a separação na origem e reduz a contaminação dos fluxos. Os resíduos entregues nos ecocentros são posteriormente encaminhados para diferentes destinos, consoante a sua natureza: valorização material (reciclagem), valorização orgânica (no caso de resíduos verdes), ou tratamento específico para fluxos especiais, como os resíduos perigosos. Desta forma, os ecocentros desempenham um papel importante na promoção da economia circular, ao permitir a recuperação de materiais e a sua reintegração nos ciclos produtivos.

Para além da função operacional, os ecocentros assumem também um papel relevante na sensibilização ambiental. A sua utilização incentiva comportamentos mais responsáveis por parte dos cidadãos, reforçando a importância da separação de resíduos e da redução do envio para aterro. Apesar dos benefícios, a gestão destes equipamentos enfrenta alguns desafios, como a necessidade de manutenção e modernização das infraestruturas, a otimização logística em territórios dispersos e o aumento da adesão por parte da população. Ainda assim, os ecocentros são uma peça-chave na estratégia da AMRPB para uma gestão de resíduos mais eficiente, sustentável e alinhada com as metas ambientais nacionais e europeias.



Fig. 7 – Ecocentro de Mangualde (gerido pela Ecobeirão, EIM, SA desde junho de 2025)

3.6 Confinamento técnico de resíduos em aterro sanitário

Em julho de 2024 teve início a exploração da nova célula do aterro, designada célula 2, representando um passo importante na continuidade da capacidade de deposição de resíduos não perigosos na área de intervenção da AMRPB. Esta nova célula foi projetada para receber um total de cerca de 630.734 toneladas de resíduos, correspondendo a um volume de encaixe de aproximadamente 581.858 m³. Tendo em conta os atuais níveis de deposição, estima-se que a sua vida útil se situe entre 4 e 5 anos, o que evidencia a necessidade de uma gestão criteriosa e eficiente deste recurso, bem como o reforço de estratégias de redução e valorização de resíduos.

Relativamente ao estado global do aterro em 2025, verifica-se uma ocupação significativa, com uma área total utilizada de cerca de 162.633,6 m² e um volume acumulado de resíduos que atinge os 2.631.951,06 m³. Só no ano de 2025, foram depositados cerca de 106.125,52 m³ de resíduos, refletindo a continuidade da dependência desta solução para a fração não valorizável.

Durante este período, a deposição de resíduos ocorreu simultaneamente na célula 2 e na célula 1. Esta última encontra-se em fase final de utilização, sendo a deposição mantida de forma controlada com o objetivo de preparar a sua selagem definitiva. Este processo é essencial para garantir a segurança ambiental a longo prazo, incluindo a minimização de impactos ambientais.

Atualmente, encontra-se em fase final de desenvolvimento o projeto de selagem da célula 1, o qual marcará o encerramento definitivo dessa área do aterro. Esta intervenção será determinante para a requalificação ambiental do espaço e para o cumprimento das exigências legais e ambientais aplicáveis.



Fig. 9 – Aterro Sanitário do Planalto Beirão



3.8 Estações de Transferência de Resíduos Urbanos

As estações de transferência de resíduos do Planalto Beirão — localizadas em Seia, Viseu e Vouzela — desempenham um papel essencial na eficiência do sistema integrado de gestão de resíduos urbanos da região. Estas infraestruturas funcionam como pontos intermédios entre a recolha municipal e o Centro de Tratamento de Resíduos, permitindo otimizar o transporte, reduzir custos operacionais e melhorar a organização logística num território caracterizado pela dispersão populacional e por distâncias significativas entre municípios e instalações centrais.

Nestas estações, os resíduos recolhidos pelos serviços municipais são descarregados, compactados e reencaminhados em veículos de maior capacidade para o centro de tratamento, aumentando a eficiência do transporte e reduzindo o número de viagens necessárias. Este modelo contribui não só para a redução de emissões associadas ao transporte, como também para uma gestão mais racional dos recursos operacionais. Em simultâneo, as estações de transferência permitem uma maior flexibilidade e resposta do sistema, assegurando continuidade no serviço mesmo em contextos de maior produção de resíduos ou maiores distâncias de recolha.

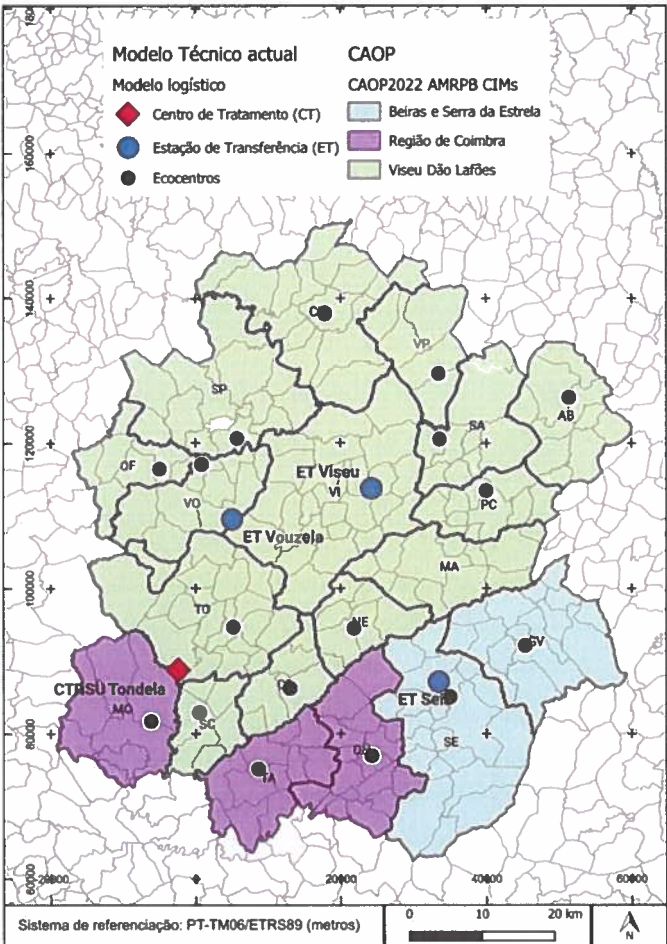


Fig. 11 – Áreas de influência das ET do Planalto Beirão (Seia, Viseu e Vouzela)

TAF
A. H.

graduais nas taxas de juro, o que deverá continuar a apoiar a atividade económica. No entanto, a manutenção de taxas reais ainda relativamente elevadas pode limitar a expansão do consumo e do investimento.

Três fatores sustentam a melhoria na procura, nomeadamente a baixa inflação, o crescimento estável do emprego e uma política monetária global menos restritiva, apesar de alguns obstáculos relacionados com a necessidade de contrair a política orçamental em vários países. Estas previsões não consideram os efeitos de possíveis políticas protecionistas ou de uma guerra comercial a nível global.

Na Zona Euro, a economia cresceu 0,7% em 2024, com projeções de aceleração para 1,3% em 2025 e 1,5% em 2026. A inflação média de 2024 fixou-se nos 2,4% e espera-se que desça para 2,1% em 2025. O Banco Central Europeu reduziu gradualmente as taxas de juro ao longo do ano, um movimento que deverá prosseguir, favorecendo o investimento privado e o consumo. No entanto, a economia europeia continua vulnerável a potenciais perturbações comerciais.

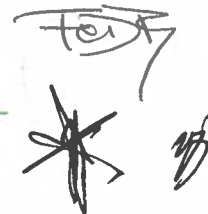
A economia portuguesa cresceu 1,9% em 2024, e as previsões apontam para uma aceleração para 2,2% em 2025. O crescimento foi impulsionado pela robustez do mercado de trabalho, pela resiliência do setor exportador e pelo aumento do consumo privado. A inflação média situou-se em 2,7% em 2024, com expectativas de descida para 2,1% em 2025. O setor empresarial beneficiou da melhoria das condições de financiamento e do apoio dos fundos europeus, mas a evolução futura dependerá da estabilidade política e da execução eficaz dos investimentos públicos planeados.

2.1. Ao nível Nacional

O Banco de Portugal registou um crescimento de 2,5% do PIB português em 2023. Para 2024 os dados indicam um crescimento de 1,7%, uma quebra de 0,8 pontos percentuais. Este atenuar de crescimento está ligado em grande parte ao moderar do setor do turismo.

O combate à inflação que dura desde os primeiros tempos pós-pandemia parece estar praticamente ganho. Segundo o Banco de Portugal, 2023 havia terminado com uma taxa de inflação de 5,3% e 2024 deu lugar a uma quebra acentuada deste indicador, fechando com uma taxa de 2,6%. Esta aproximação significativa ao valor ideal de 2% foi fruto de uma quebra dos custos salariais e de um contexto externo, que embora instável, não criou choques na economia portuguesa ao longo do ano.

Um setor que também cresceu significativamente foi o da habitação. Após ter sofrido uma contração em 2023, a recuperação foi drástica. Embora os dados oficiais do INE estejam apenas fechados a setembro de 2024, o ano que terminou registava um aumento de 8,5% no número de casas vendidas nos primeiros 9 meses do ano face ao mesmo período de 2023. Também o valor associado a estas vendas disparou, registando um aumento de 13,5% face aos valores registados em 2023, o que representa um aumento significativo do preço das casas. Estudos independentes estimam que 2024 deverá fechar com uma subida adicional dos preços das casas de 3,4% no último trimestre do ano.



Em consequência destes factos, este ano, verificou-se um aumento do volume de negócios de cerca de 19,5%.

As rubricas que mais aumentaram em relação ao ano anterior foram os fornecimentos e serviços externos (FSE) e as Provisões.

Os FSE incorporam um aumento de gasto no valor de 1.474.518 euros, sendo que a recolha seletiva e o tratamento dos resíduos absorve a quase totalidade deste valor.

Em 2025, a Ecobeirão contratou o serviço de vigilância do Aterro. O custo deste serviço foi de 63.297 euros.

Tinha sido criada, no ano de 2024, uma Provisão para o encerramento da célula do Aterro, no valor de 500.000 euros. Esse valor, em função de orçamento obtido, foi reforçado no montante de 1.650.000 euros.

2.3. Principais riscos e incertezas

A empresa desenvolve a sua atividade num ambiente que a coloca exposta a diversos riscos, nomeadamente o risco de mercado (que incluem o risco de taxa de câmbio, de taxa de juro e de preço), risco de crédito e risco de liquidez, risco de inventário e risco operacional.

Alicerçada numa política de continuidade a empresa monitoriza todos os riscos de modo a minimizar os efeitos adversos que possam provocar sobre o seu desempenho financeiro.

Risco de taxa de câmbio

A exposição da empresa ao risco de taxa de câmbio é inexpressiva e poderá ter influência apenas de modo indireto.

Risco de taxa de juro

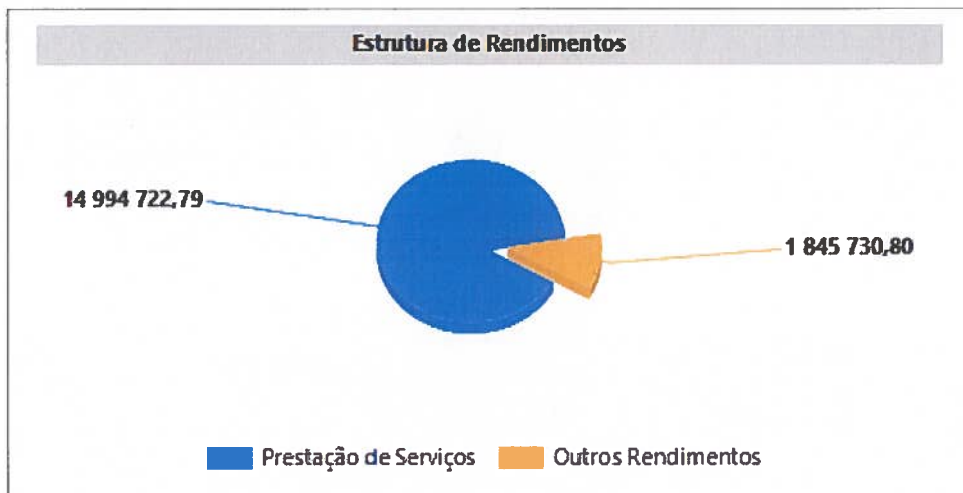
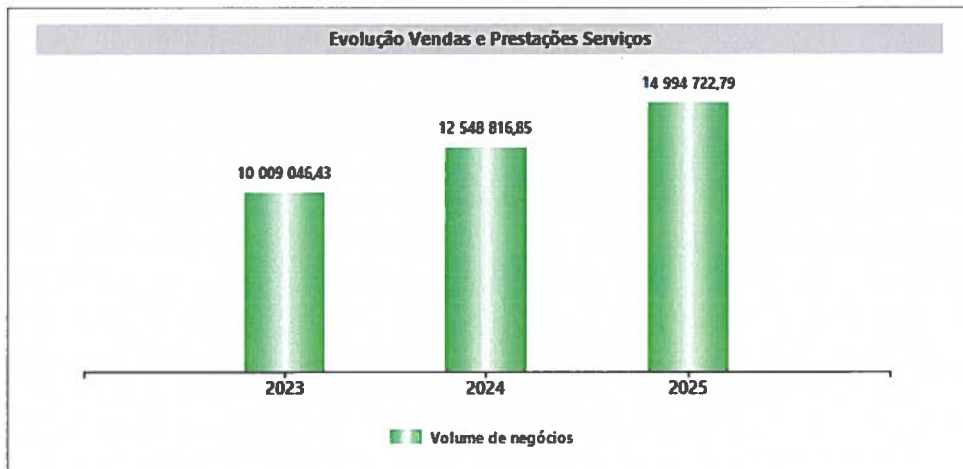
O endividamento da empresa encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo das operações de financiamento ao inerente risco de volatilidade da taxa de juro.

As perspetivas de evolução futura é que a empresa não está significativamente exposta a este risco, e que o risco de taxa de juro está razoavelmente controlado.

Risco de preço

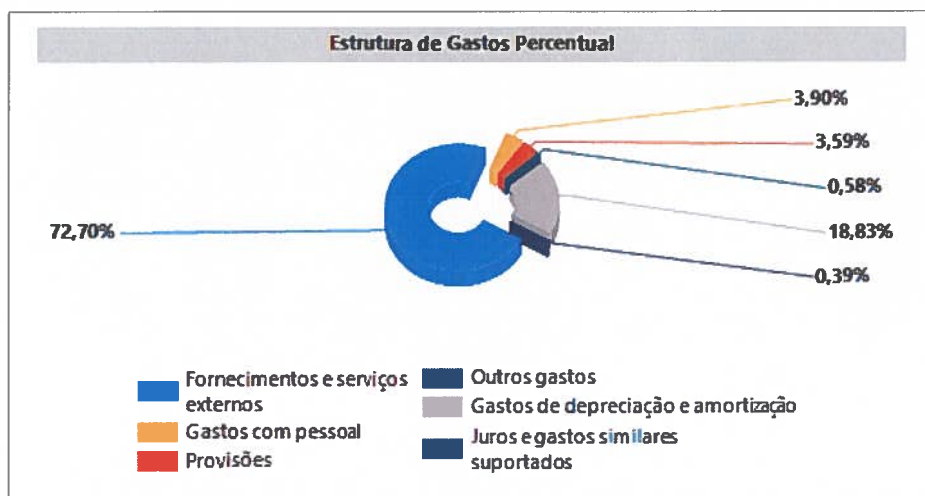
O risco de preço traduz o grau de exposição de uma empresa às variações de preço formado em mercado de plena concorrência, relativamente aos inventários que integrem em cada momento o seu balanço, bem assim de outros ativos e instrumentos financeiros que a empresa possua, com intenção de venda futura.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

2025

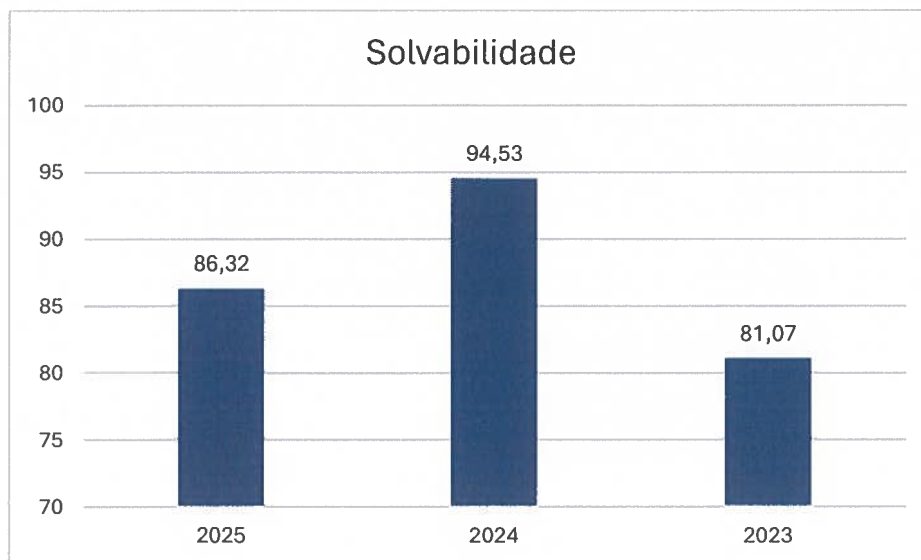


O quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2025	2024	2023
Gastos com Pessoal	574 488,70	543 291,52	577 972,56
Nº Médio de Pessoas	21,00	22,00	24,00
Gasto Médio por Pessoa	27 356,60	24 695,07	24 082,19

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.

FOR
A-B



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

RUBRICAS	2025		2024	
Ativo não corrente	19 345 107,66	66 %	21 669 446,50	85 %
Ativo corrente	9 939 538,03	34 %	3 828 355,70	15 %
Total ativo	29 284 645,69		25 497 802,20	

RUBRICAS	2025		2024	
Capital Próprio	13 567 592,52	46 %	12 390 339,46	49 %
Passivo não corrente	2 150 000,00	7 %	2 346 827,67	9 %
Passivo corrente	13 567 053,17	46 %	10 760 635,07	42 %
Total Capital Próprio e Passivo	29 284 645,69		25 497 802,20	

financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2025. Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7. Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da ECOBEIRÃO-SOC. TRATAMENTO RESÍDUOS SÓLIDOS DO PLANALTO BEIRÃO, EIM, S.A.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

8. Anexo ao Relatório de Gestão

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

1. Relação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e respetivas

1.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FÁTIMA CARLA DIAS ANTUNES BORGES – Presidente

RICARDO SÉRGIO PARDAL MARQUES – Vogal

TIAGO BEGONHA DA SILVA BORGES – Vogal